

Procuradores saem em defesa de Moisés

A estratégia do governador Carlos Moisés (PSL) de desqualificar o embasamento jurídico para o processo de impeachment conta com um aliado que pode lhe dar sustentação material para a tese. Os próprios procuradores do Estado, que teriam sido o pomo da discórdia no reajuste que receberam sem uma pretensa autorização legislativa, têm se empenhado em provar que não há ilegalidades no aumento nos seus salários, de R\$ 30 mil para R\$ 35 mil.

Em conversa com a Coluna Pelo Estado, o procurador-geral Adjunto Para Assuntos Jurídicos da PGE, Sergio Laguna Pereira, sugere que Moisés estaria sendo alvo de uma conspiração, já que o embasamento jurídico seria frágil demais para promover a derrubada de um chefe do Executivo.

“Tem uma certa complexidade no assunto e os temas para impeachment são temas difíceis, justamente para se criar as próprias narrativas”, afirmou Laguna.

Mas se a peça de impeachment é tão frágil por que o governo não garante sua tese através de uma medida judicial?, perguntamos ao procurador.

“O caso já está judicializado e no caso específico do governador é a defesa dele que deve fazer esse pedido. Eu acredito muito provavelmente que fará”, respondeu. Segundo Laguna, a defesa dos procuradores da tese que favorece o governador é uma “defesa da carreira”. Outros servidores da PGE têm se manifestado publicamente com o mesmo posicionamento.

Defesa de Moisés poderá tentar desconstruir impeachment na Justiça



UTI XANXERÊ

O Ministério Público conseguiu o bloqueio de R\$ 192 mil do Estado. O motivo? O Estado descumpriu medida liminar que determinava a ativação de 10 novos leitos de UTI em Xanxerê para tratamento de pacientes com a covid-19, no Hospital Regional São Paulo. A cidade tem 1.409 casos confirmados da doença, 1.248 recuperados, 142 casos ativos e 16 mortes.

“É um pouca vergonha”,

a frase é do deputado Hélio Costa (Republicanos) sobre o aumento da taxa de pedágio anunciado pela ANTT. De acordo com o parlamentar, o povo não pode pagar o preço pela má gestão da obra do Contorno Viário. De Paulo Lopes a Curitiba são 5 pedágios. Ida e volta dava R\$ 27,00. Agora, o motorista vai pagar R\$ 39,00.

► QUALIDADE GEOGRÁFICA

Donos de pequenos negócios têm até o próximo dia 8 de agosto para se adequarem às normas determinadas em julho pelo Ministério da Agricultura, e comprovarem que usam comercialmente, de boa-fé, nomes protegidos por indicações geográficas da União Europeia. São submetidos a esta portaria os tipos parmesão, parmesano, gorgonzola, Steinhäeger, Steinhäger, Reggianito, Ginebra, Genebra entre outros. A Indicação Geográfica (IG) identifica produtos ou serviços originários de regiões delimitadas e determina qualidade, reputação ou outra característica exclusiva.

► AGRICULTORES

Senado aprovou o PL 735/2020, que destina auxílio emergencial para agricultura familiar e prorroga o pagamento de dívidas dos agricultores. A matéria vai à sanção presidencial.

► PARQUE RIO VERMELHO

Reivindicado pelo Quilombo Vidal Martins, o camping do Parque Florestal do Rio Vermelho, em Florianópolis, está fechado e abandonado. Com efetivo diário de dois policiais, o plantão da Polícia Militar Ambiental é insuficiente para manter toda a área sob vigilância, o que facilita a incidência de incêndios vegetais.

FIESC, CIESC, SESI, SENAI e IEL

Superação

Educar, inovar e proteger a saúde do trabalhador e as indústrias catarinenses.

